

QUAL A CLASSE SOCIAL DO NOVO PEQUENO PRODUTOR? IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DE SUA DETERMINAÇÃO

Ana Yara Dania Paulino LOPES*
Teresa SALES**

RESUMO: O texto coloca as dificuldades teóricas e metodológicas de se analisar os novos pequenos produtores na agricultura brasileira.

UNITERMOS: Sociologia rural; classes sociais no campo; agricultura e indústria; campesinato e capitalismo.

Os dados apresentados neste artigo se referem à fase inicial do projeto de pesquisa "Os Novos Pequenos Produtores: Estudo de Caso dos Tomaticultores do Estado de São Paulo", financiado pela ANPOCS — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, durante 1982/83. São, portanto, dados anteriores aos dois levantamentos de campo realizados na região de Presidente Prudente.

O artigo, como ora o publicamos, foi apresentado e discutido em 1.º/9/1982, em Salvador, durante a Reunião do PIP-SA — Programa Integrado de Pesquisa Social em Agricultura, no Grupo "Diferenciação da Pequena Produção". Muito grande foi a tentação de reescrevê-lo, alterando alguns termos, enfatizando outros. Mas aí o resultado seria outro artigo. Nosso interesse, portanto, em divulgá-lo aqui, na forma original, é mais o de marcar uma discussão que se vem colocando na ordem do dia: a da redefinição das classes sociais no campo brasileiro.

1. Pequenos produtores familiares: os antigos e os novos

Temos por objetivo estudar os pequenos produtores de tomate no Estado de São Paulo, para através deles poder veri-

ficar os mecanismos de criação e realização de um excedente na produção familiar. O porque da escolha desta categoria de produtores agrícolas, numa determinada região onde estão mais avançadas as forças produtivas na agricultura brasileira, tem a ver com a nossa preocupação teórica em esclarecer as transformações por que vem passando a pequena produção frente ao desenvolvimento da agricultura enquanto ramo da indústria. E que tem a ver, conseqüentemente, com o espaço de participação política desses novos pequenos produtores.

Nossa preocupação se dirige ao avanço do conhecimento sobre a pequena produção mercantil na agricultura brasileira, ao se pretender a nova realidade da produção familiar pela ótica da acumulação de capital. A preocupação com esse objeto de estudo vem de um período de revisão da literatura sobre o assunto. Dentre os estudos consultados observa-se em muitos deles um certo hiato entre o *concreto* das transformações recentes na agricultura brasileira, e um quadro referencial ligado ao histórico da formação e solidificação da pequena produção vinculada à exploração comercial: do trabalhador desprovido de autonomia e inserido na grande propriedade mercantil onde assume o duplo papel de assalariado agrícola-

* Departamento de Sociologia e Antropologia — Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e de Documentação — UNESP — 17.500 — Marília — SP.

** Professora convidada da UNESP — 14.800 — Araraquara e membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP — São Paulo — SP.

la e produtor familiar de lavouras de subsistência (o colono, o morador); ou do camponês proprietário cuja subsistência da família passa necessariamente pelo assalariamento ocasional também na grande exploração comercial. A própria origem da pequena produção, pela sua subordinação à grande propriedade e pela sua condição itinerante, ocupando os espaços ainda não apropriados por esta última, tem levado a muitas controvérsias acerca do caráter da pequena produção e da formação de um campesinato no Brasil.

Passando pela velha polêmica em torno do caráter feudal ou capitalista da agricultura, onde um dos pólos da discórdia girava em torno da existência de um campesinato dentro de uma estrutura feudal/latifundiária, *versus* a afirmação da empresa capitalista que reduzia todas as formas de relações de produção ao assalariamento formal ou disfarçado*, a discussão tomou novos rumos dos anos 60 até hoje. Os estudos empíricos que se realizaram a partir de então sobre as relações de produção em geral e a pequena produção, em vários contextos regionais do país, tiveram neste sentido um importante papel para um conhecimento mais aproximado da realidade e para a superação daquela polêmica de caráter sobretudo ideológico. Dentre tais estudos, pela sua relevância enquanto marcos que foram na abordagem das relações de produção na agricultura brasileira sob o enfoque da acumulação de capital, vale citar os trabalhos de José de Souza Martins (6 e 7), Francisco Sá Junior (17), Maria de Nazareth B. Wanderley (22), Teresa Sales (18), bem como a curta passagem do artigo de Francisco Oliveira (11) sobre as relações da agricultura com os demais setores da economia brasileira.

Naturalmente que esta reduzida citação é apenas exemplificativa do tipo de abordagem que tem tomado a pequena

produção como objeto de estudo, e não pretendemos ser exaustivos a este respeito. Acrescentamos ainda outros trabalhos relevantes que fornecem para nós referências metodológicas acerca de indicadores para o estudo do pequeno produtor. São pioneiros os estudos de Nicholls e Paiva (9 e 10), Paiva (12 e 13), sendo o assunto retomado de forma crítica por Paulo Sandroni (19) e José Vicente T. dos Santos (20). Outros estudos relevantes quanto a abordagem da pequena produção ou do nosso objeto de estudo específico, serão mencionados oportunamente.

A questão da pequena produção familiar tem recebido atenção especial a partir sobretudo de constatações recentes a respeito de sua importância quantitativa crescente até os primeiros anos da década de 70. A capitalização da agricultura não tem deslocado a pequena produção do cenário deste setor de produção, mas ao contrário, conserva-a e até expande-a. O que vai acontecer é antes a sua redefinição de várias maneiras, conforme o contexto regional e cada estrutura produtiva em particular. A este respeito, consultar Brant (1).

Assim é que em São Paulo, por exemplo, onde são mais evidentes alguns indicadores de tecnificação da agricultura pelo incremento de uso de tratores e insumos agrícolas modernos, observa-se igualmente, através dos Censos Agrícolas e Agropecuário, que o número de estabelecimentos de menos de 50 hectares, bem como sua respectiva área, mantêm-se, com uma pequena taxa de incremento de 0,8% em relação ao número e 7,4% em relação à área dos mesmos, entre os anos de 1960 e 1970. Também em São Paulo, nesta mesma década, a única categoria de trabalhadores rurais que tem incremento numérico positivo é a dos responsáveis e membros não remunerados da família, ao passo que os assalariados agrícolas de

* Caio Prado Junior (15) teve importante papel nesta polêmica ao defender o segundo ponto de vista de forma mais acabada nesta obra citada, na qual retoma seus artigos anteriormente publicados na Revista Civilização Brasileira (1960). A revisão bibliográfica e a discussão mais acabada sobre este assunto, encontram-se na tese de Moacir Palmeira (14), infelizmente não publicada. Dispensamo-nos de voltar aos autores feudalistas, pela superação, na discussão mais recente, de suas principais teses. Importante ressaltar, neste contexto, a contribuição mais recente do estudo de Sergio Silva sobre o movimento do capital no campo (21).

uma maneira geral têm incremento negativo no mesmo período. A articulação entre a modernização da agricultura e as alterações na composição da força de trabalho são bem desenvolvidas para o caso de São Paulo, no trabalho de Graziano da Silva (3).

Considerando um período mais extenso, das três décadas que vão do Censo de 1940 ao de 1970, o estudo de Lopes (5) afirma que “modificações notáveis se deram na composição dos trabalhadores. Considerando todo o período, o mais importante foi o crescimento de 22% da mão-de-obra familiar, ao passo que o conjunto dos outros trabalhadores (empregados e parceiros: em suma, força de trabalho das empresas agrícolas) *caiu* 42 por cento. Como consequência, os trabalhadores ultrapassaram bastante a maioria de pessoal ocupado” (5:44). Este estudo é ponto de referência obrigatória para a nossa pesquisa, na medida em que situa a pequena produção familiar no contexto do desenvolvimento do capitalismo na agricultura de São Paulo, tentando demonstrar o seu caráter essencialmente mercantil, que a distingue sobremodo de outras formas de produção familiar ou do campesinato enquanto tal.

2. *Os tomaticultores paulistas.*

A questão que importa esclarecer e que norteia o nosso objetivo de estudo, é justamente a *qualificação* desse pequeno produtor, para o que os indicadores de fontes indiretas de dados são apenas aproximativos.

A categoria de produtor familiar que escolhemos para nosso objeto de estudo, é o produtor de tomate vinculado à agroindústria, ou seja, o produtor de tomate rasteiro ou tomate para a indústria, segundo a sua denominação corrente. Entendemos este produtor como fazendo parte da categoria dos pequenos produtores familiares, estritamente vinculados ao mercado (no caso, através de sua vinculação à agroindústria), tecnologicamente modernos, e cuja força de trabalho é baseada sobretudo no trabalho familiar não

remunerado, usando também o trabalho assalariado nas fases de maior necessidade de mão-de-obra, principalmente a colheita.

É uma categoria de produtores familiares que não se confunde, portanto, com os camponeses, cuja base da mão-de-obra utilizada na exploração é também familiar, que igualmente se vinculam ao mercado pela venda de produtos agrícolas, porém com algumas diferenças básicas em relação ao pequeno produtor mercantil que estamos considerando: o camponês produz para subsistência e vende o excedente no mercado, enquanto o pequeno produtor mercantil é um produtor especializado que produz determinada mercadoria para ser comercializada no mercado; o camponês tem um nível tecnológico em geral inferior àquele produtor mercantil, no sentido de que não adota de forma efetiva pacotes tecnológicos provenientes de sua vinculação à agroindústria ou cooperativa; e finalmente, o camponês necessita assalariar-se eventualmente como complemento necessário à subsistência do grupo familiar.

Frente a este quadro diferenciado das duas categorias de produtores familiares, levantamos como hipótese a questão do aumento de produtividade, ou da própria possibilidade de acumulação por parte desse pequeno produtor mercantil, ou em outros termos, das próprias condições de sua reprodução na agricultura.

No caso, os produtores de tomate são produtores especializados na produção desta leguminosa, distinguindo-se em duas categorias básicas: os produtores de tomate envarado, destinado ao consumo *in natura* e comercializado principalmente através de cooperativas agrícolas, e os produtores de tomate rasteiro, de qualidade inferior enquanto ao peso e tamanho, e destinado às agroindústrias como matéria-prima para a fabricação de suco de tomate, extrato de tomate, *ketchup*, molho de tomate etc. São em geral produtores distintos, se bem que ocorre frequentemente o caso das primeiras safras de tomate rasteiro, quando os frutos são de melhor qualidade, serem destinadas ao

mercado *in natura*, ou vice-versa, as últimas safras do tomate envarado, de pior qualidade, podem ser comercializadas na agroindústria.

Pelas primeiras entrevistas que realizamos com técnicos do IEA — Instituto de Economia Agrícola, da FAESP — Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo e da Agrocisa, e pelos dados que temos disponíveis, observamos que a cultura de tomate é realizada em geral em pequenas áreas, de forma intensiva, com altos índices de capitalização, e baseada sobretudo no trabalho não remunerado dos familiares do produtor.

Os dados da Tabela 1, onde temos os estabelecimentos com as respectivas áreas dos tomaticultores no Estado de São Paulo em 1975 (ou seja, aqueles estabelecimentos cujo principal cultivo é o tomate), mostram uma estrutura de propriedade da terra para os tomaticultores com um predomínio acentuado da pequena propriedade. Observe-se que cerca de 50% dos estabelecimentos estão ali classificados no estrato de área de menos de 5 ha, ocupando contudo apenas 5,7% da área total. Esta concentra-se na proporção de 56,5% nos estabelecimentos de mais de 50 hectares. Tomando, porém, apenas a área de colheita, que é o dado constante na Tabela 2, para o conjunto dos produtores de tomate (inclusive aqueles onde o tomate não é o cultivo principal), o quadro se apresenta modificado. Aumenta aí, como seria de esperar, o número de produtores que por sua vez se distribuem em menor proporção (38,5%) no estrato de área de até 5 ha. A área de colheita, por sua vez,

aumenta neste menor estrato de área para 18,8%, sobre o total, bem como aumenta a proporção da área da colheita entre os estabelecimentos de 5 a 50 ha (43,4%), o que resulta em que a área da colheita dos estabelecimentos de 50 e mais ha reduz-se para 45,8% sobre o total.

O que é importante ressaltar nesta Tabela 2, por serem dados que não constam para os tomaticultores (Tabela 1), é o significado dos pequenos estabelecimentos de menos de 50 ha., em relação tanto à quantidade de tomate (mais de 60%), quanto ao valor médio da produção (quase 70%). Observa-se ainda um dado que vem em reforço às informações das entrevistas, que é a pequena dimensão da área de cultivo de tomate sobre a área média do cultivo, em torno de 3 ha., enquanto a área média do estabelecimento era de 19 ha.

A respeito da importância dos pequenos estabelecimentos tomaticultores em relação à quantidade e o valor da produção, vale aqui a observação de que a “linha principal de desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a pequena propriedade, que continua sendo pequena pela sua superfície, se converte em grande pela magnitude de sua produção” (4). Foi uma tal linha de abordagem sobre a pequena produção, que levou Graziano da Silva (3:75) a elaborar um quadro onde compara a distribuição dos imóveis paulistas, de um mesmo grupo de área total, por estratos de valor de produção.

Esta exigua dimensão da área de tomate poderia dar a impressão de ser este

TABELA 1 — Estrutura Agrária dos Tomaticultores no Estado de São Paulo — 1975.

Grupos de Área Total (ha)	Estabelecimentos		Área		Área Média (ha)
	N.º	%	ha	%	
Menos de 5	2.195	49,1	5.010	5,7	2,3
5 a 50	1.925	43,1	33.209	37,8	17,3
50 e mais	347	7,8	49.549	56,5	142,8
Total	4.467	100,0	87.768	100,0	19,6

Fonte: Censo Agropecuário — 1975.

um cultivo secundário, subproduto de outras culturas comerciais, tal como o caso de alguns produtores de laranja no município de Taquaritinga em São Paulo (2).

As informações que temos disponíveis nos levam contudo a outra hipótese: os produtores de tomate cultivam pequenas extensões de área, mas são *produtores de tomate* especializados nesta cultura, sobretudo a partir de seu maior incremento ligado à expansão das agroindústrias de 1974 em diante. Os outros produtos cultivados no interior do seu estabelecimento o são, estes, sim, à maneira de produção secundária, aproveitando os ciclos de descanso do plantio de tomate e a infra-estrutura de insumos e maquinários daquela cultura.

É preciso ter presente algumas características específicas da cultura de tomate, que é o seu curto ciclo anual (cerca de 4 meses do plantio à colheita) e o fato de ser muito susceptível ao ataque de pragas e de doenças de difícil controle causadas por vírus e bactérias. Para o produtor especializado em tomate, o cultivo de outros cereais como milho, feijão, etc. coloca-se então como alternativa para o aproveitamento de todo ano agrícola. E a cultura destes outros produtos se coloca como *secundária* para o produtor de tomate, é quase um subproduto do seu cultivo principal, dele aproveitando inclusive o tempo ocioso das máquinas e até às vezes alguns insumos industriais passíveis de serem usados em outras culturas, conforme depoimento que tivemos nas entrevistas pre-

liminares. Daí porque um dos princípios que norteia a atividade produtiva desta categoria de produtores é que “prejuízo de tomate, tem que pagar com tomate”. Como é uma produção sujeita a muitos riscos — geadas, estiagem, doenças e pragas — a possibilidade de um mau ano está nas previsões do tomaticultor, que só poderá computar seus ganhos, então, num período maior, de vários anos.

Em relação à prevenção de doenças e pragas, a rotação de culturas, que é a prática mais recomendável, é um fator considerável para a ampla difusão do sistema de arrendamento. Os produtores de tomate são em grande parte arrendatários de tipo capitalista, que nada tem a ver com todas aquelas formas de renda assemelhadas a rendas pré-capitalistas ainda existentes em outras regiões do país. A comercialização do seu produto é feita diretamente com a indústria, sem nenhuma intermediação do proprietário que lhe aluga a terra ou o de outros quaisquer agentes de comercialização. Com o proprietário mantém tão-somente o contrato de arrendamento e, quando necessário para fins de empréstimo bancário, uma carta de anuência pelo uso temporário de seu terreno.

O Censo Agropecuário fornece a condição dos produtores de tomate, mas como a última informação é de 1975, ou seja, apenas um ano após o marco importante da expansão de tomate rasteiro, bem como agrega os produtores daquele tipo de tomate com os de tomate envarado, fi-

TABELA 2 — Produtores, Quantidade, Área de Colheita e Valor da Cultura de Tomate, segundo Grupos de Área — Total no Estado de São Paulo — 1975.

Grupos de Área Total (ha)	Estabelecimentos		Área de Colheita		Área Média (ha)	Quantidade		Valor	
	N.º	%	ha	%		t	%	1.000 Cr\$	%
Menos de 5	2.871	38,5	2.451	12,0	0,9	79.493	18,8	91.788	22,4
5 a 50	3.653	49,0	8.674	42,2	2,4	184.077	43,4	191.417	46,8
50 e mais	929	12,5	9.412	45,8	10,1	160.082	37,8	126.344	30,8
Sem declaração	2	0,0	8	0,0		23	0,0	11	0,0
Total	7.455	100,0	20.545	100,0	2,8	423.675	100,0	409.560	100,0

Fonte: Censo Agropecuário — 1975.

ca difícil, através deste dado, ter um quadro real e atual das condições dos produtores de tomate no Estado de São Paulo. Mesmo com tal ressalva, é de se notar, já naquele ano, que 26,3% da área de cultivo de tomate, bem como 23,9% da quantidade produzida e 23,3% do valor da produção, eram de arrendatários.

O sistema de arrendamento tomou grande impulso entre os tomatocultores, a partir da extensão desta cultura em novas áreas a oeste do Estado, com a instalação de novas fábricas da Cica e da Paoletti nos municípios de Presidente Prudente e Araçatuba. Essas fábricas têm a capacidade de trabalhar anualmente cerca de 350.000 t de tomate. Para se ter uma idéia da grandeza disso: a capacidade total instalada no Brasil, antes era de apenas 300 mil toneladas anuais. Esse fato marca bem um novo impulso que é dado à produção de tomate no Estado, sendo no caso o tomate rasteiro para indústria, aquele que mais se expande.

A vinculação dos produtores de tomate à indústria se faz principalmente na comercialização do produto: dois ou três meses antes do período de plantio, são distribuídas cartas de intenção entre aqueles produtores geralmente já vinculados à indústria e com tradição no ramo, onde consta o preço tomado como valor básico. O acordo sobre o preço do tomate — FOB roça, assunto por si só controverso e sujeito a dar vantagens comparativas à agroindústria, juntamente com outros aspectos do entendimento entre as partes envolvidas, levou à criação de um Comitê de Agroindústria em 1977, a partir de quando todo o entendimento entre produtores e compradores de matéria-prima é feito por seu intermédio. Graziano Neto (2) refere-se ao pagamento da produção entregue à indústria pelos tomatocultores, em notas promissórias a serem resgatadas no prazo de 90 dias (50% do valor) e 120 dias (50% restantes).

Além da comercialização própria, a agroindústria ainda se relaciona com os tomatocultores através do fornecimento da semente para o plantio e de uma discreta assessoria técnica, que se torna

mais presente nos momentos em que o fornecimento da matéria-prima está em risco por conta de qualquer fator adverso da natureza.

Importante a reter (pois são estas características, sobretudo, que contribuem para caracterizar este produtor de tomate dentre os novos pequenos produtores que nos interessam estudar) é a sua vinculação à indústria, não somente enquanto fornecedores de matéria-prima, mas enquanto consumidores de maquinários e insumos modernos que passam a constituir seus meios de produção (nos reportamos aqui ao recente trabalho de Müller, (8)). A sua autonomia enquanto pequenos produtores frente ao maior poder de barganha da indústria oligopólica, ou a continuidade da produção pulverizada do tomate, quando a indústria supostamente poderia açambarcar o setor agrícola de fornecimento da matéria-prima, tal como o faz, por exemplo, a agroindústria canavieira, são para nós questões que orientaram a pesquisa.

As informações preliminares davam conta de que já teria havido tentativas por parte das agroindústrias processadoras de tomate, no sentido de concentrar em suas mãos a produção agrícola, logo abandonada face às vantagens comparativas da produção pulverizada feita pelos produtores autônomos. Tais vantagens da pequena produção não estariam relacionadas à intensificação do uso de sua mão-de-obra familiar?

O que examinamos na pesquisa de campo, pois que as fontes indiretas são insuficientes para tal, é até que ponto a maior difusão do trabalho assalariado, sobretudo o assalariado temporário, a partir do incremento da cultura do tomate rasteiro nos anos pós-74, não estará mudando a base de constituição da mão-de-obra no interior dos estabelecimentos tomatocultores, e que conseqüências poderão daí advir para a reprodução desta categoria de pequenos produtores familiares. O dado que temos disponível (2) sobre a constituição da mão-de-obra nos estabelecimentos tomatocultores, nos indicam, para o caso do município de Taqua-

ritinga, o seguinte quadro de composição de mão-de-obra:

12,5% — só trabalhadores familiares

19,6% — não usam trabalho familiar

67,9% — mão-de-obra familiar mais trabalhadores permanentes e/ou temporários.

O mais comum é, portanto, a base do trabalho familiar, usando mão-de-obra assalariada sobretudo na época da colheita, que significa 75% da utilização da mão-de-obra, contra 20,5% nos tratos culturais e 4,5% no plantio. Ainda segundo aquela mesma fonte, o trabalho familiar seria usado sobretudo no plantio (47%) e tratos culturais (41%) contra apenas 18% na colheita. As duas primeiras operações são por sua vez bastante mecanizadas, o que resulta em que o trabalho familiar significa o trabalho mais qualificado no interior da exploração do tomate. Parece, portanto, se reproduzir neste caso dos tomaticultores, o modelo dos pequenos produtores tecnificados descrito no estudo de Lopes (5: 85-94), em que se combina tecnologia avançada com trabalho familiar não remunerado.

No caso dos tomaticultores, os dados censais de 1975 sobre o uso de sementes comuns e sementes selecionadas segundo a tecnologia aplicada mostram, *grosso modo*, que 3/5 dos produtores usam sementes selecionadas e 43,6% produzem tomate usando irrigação. Estes mesmos dados deixam entrever ainda a provável existência de pacotes tecnológicos de uso corrente entre os produtores de tomate: usando ou não irrigação e sementes selecionadas, a grande maioria dos tomaticultores (93,4%) usam defensivos e adubação no seu cultivo de tomate. Trata-se, portanto, de um tipo de cultura agrícola intensiva em capital, o que fica ainda mais evidente através de dados recentes do Instituto de Economia Agrícola, no Prognóstico 81/82 (16), através de uma tabela que fornece o custo operacional por hectare e por unidade de produção (em cruzeiros correntes). Observa-se por estes dados que, no caso específico do tomate rasteiro na safra de 1980 no Estado de São Paulo, a participação relativa dos fertilizantes e

defensivos químicos somada às despesas com operações de máquinas (e sua depreciação) é significativamente superior aos gastos com mão-de-obra (77,5%). Vale ressaltar que para este ano consta um item de colheita por empreitada (não existente para o tomate envarado) que, somada às despesas com mão-de-obra, representa 22,5% sobre o total dos custos operacionais.

Como a realidade agrária do Estado de São Paulo é bastante diversificada regionalmente, optou-se por escolher uma área para concentrar o nosso estudo de caso. A única fonte que dispõe de dados sobre tomate rasteiro a nível regional é o IEA. Tomando-se os resultados dos 5os. Levantamentos para Previsão de Safras do IEA, realizados em junho de cada ano, temos alguns dados segundo as DIRAs. Cada DIRA-Divisão Regional Agrícola constitui uma região de atuação da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, sendo as DIRAs em número de dez. Na construção das tabelas tomou-se apenas aquelas que se apresentavam como principais produtoras de tomate rasteiro. A série de dados disponível começa em 1974, pois até esse ano, o IEA calculava estimativas e previsões de safras agrícolas para o Estado como um todo, e somente em 1974 o IEA passou a levantá-las também por DIRAs.

Acompanhando a evolução da área cultivada, chegamos à conclusão que no período 74/81 a cultura do tomate rasteiro vem passando por um processo de crescente descentralização (Tabela 3). Esse processo foi estimulado pelas indústrias processadoras de tomate, que fizeram promoções junto a produtores nas regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente. Nas duas últimas a Paoletti e Cica, respectivamente, se instalaram por volta de 1974, e ainda hoje, em 1982, não operam com toda a capacidade. As indústrias, no receio de dependência dos produtores em comprometer a fase industrial, tentam diversificar as zonas de produção, ao mesmo tempo que os mantêm pulverizados. Em 1974, a área cultivada se encontra bastante concentrada em

Ribeirão Preto; nos anos seguintes várias outras DIRAs apresentam crescimento na área plantada com o produto; em 76 e 77 São José do Rio Preto aparece como principal DIRA produtora; nos últimos anos, já se caracteriza a descentralização da área cultivada com tomate rasteiro e se destacam as DIRAs de Araçatuba e Presidente Prudente. A última, no período 79/81 tem-se mantido como principal área cultivada de tomate rasteiro, representando em torno de 30% da área de colheita do produto no Estado de São Paulo. As quantidades produzidas seguem, em grandes linhas, a mesma direção da área cultivada. Nos últimos três anos, mais da metade do tomate rasteiro do Estado provém das DIRAs de Araçatuba e Presidente Prudente: em 1980, Presidente Prudente contribuiu com 34,0% da produção total, e em 1981, com 28,7% (Tabela 4). No período 74/81 se verificou significativo aumento de produtividade do tomate rasteiro em São Paulo: quando em 1974, o menor rendimento era o de 9,9 t/ha, em Ribeirão Preto, o menor, em 1981, foi de 14,4 t/ha, na DIRA citada; da mesma forma, para os mesmos anos, se o maior rendimento em 74 era de 26,1 t/ha, em Marília, ele passou a ser, em 81, de 37,5 t/ha, registrado em Bauru (Tabela 5).

Quanto à produtividade, também se sobressaem na atualidade as DIRAs de Araçatuba e Presidente Prudente, que apresentaram, respectivamente, rendimentos de 30,3 e 35,3 t/ha, em 1980; e 34,2 e 25,1 t/ha, em 1981. Sem dúvida, a maior produtividade de tomate rasteiro é devido à adoção, por parte dos produtores, de um pacote tecnológico bastante sofisticado — irrigação, defensivos, sementes selecionadas, adubos e corretivos — sem o qual dificilmente vencem as consequências de uma estiagem mais violenta e do ataque de doenças e pragas.

As grandes indústrias processadoras, com interesse direto na produtividade de seus fornecedores, recentemente têm vinculado os contratos de compra de tomate rasteiro àqueles produtores que dispõem de área irrigada. Outro fator tecnológico

a influir na produtividade é o uso intensivo de maquinário.

Retomando algumas afirmações de forma sintética, vejamos no que os Censos Agropecuários de 1970, mas principalmente de 1975, iluminam a nível geral a situação dos pequenos produtores da microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente, entre os quais estão os tomaticultores, objeto de estudo.

Cabe lembrar que a Agrofica, instalada em Presidente Prudente em 1974, domina 50% do mercado de processados de tomate do Brasil. Sua implantação na região se deveu à preexistência de pequenos e médios produtores com bom nível tecnológico, de infra-estrutura de estradas, e de água abundante.

Segundo o Censo Agropecuário, em 1975, na Alta Sorocabana de Presidente Prudente existiam 11.097 estabelecimentos menores de 20 ha, correspondendo a 62,1% do total de estabelecimentos da microrregião, que concentravam apenas 5,4% da área total, ou seja, 92.108 ha; se tomarmos os estabelecimentos menores de 50 ha, as proporções atingem 80,5% dos estabelecimentos e 11,6% da área total, o que demonstrava o alto grau de pulverização de pequenas unidades agrícolas, ao lado de poucas, mas grandes, explorações. Para se avaliar somente por um aspecto o nível tecnológico dos produtores, de 1970 a 1975 a área irrigada na região aumentou mais de quatro vezes; considerando-se os informantes, ou seja, os produtores, o aumento foi mais substancial, superior a cinco vezes.

Desses produtores instalados na região, em grande parte descendentes da colonização japonesa, emergiram os novos pequenos produtores, fornecedores da Agrofica, hoje especializados na cultura do tomate rasteiro. Estes pequenos produtores são em sua maioria arrendatários, aliando o interesse por terras ainda não desgastadas pelo tomate, ao interesse dos pecuaristas da região, quando reformam pastagens. Provavelmente os pequenos estabelecimentos concentravam em grande parte os arrendatários, inclusive aqueles voltados para a cultura de tomate: 25,8%

dos produtores da microrregião são classificados como arrendatários em 1975, correspondendo a uma área média de 17,1 ha arrendados. Do total de arrendatários do Estado, 15,6% estavam na Alta Sorocabana de Presidente Prudente. No início da década de 70, 82,3% do pessoal ocupado nas atividades agrárias da Alta Sorocabana de Presidente Prudente era constituído dos responsáveis pelos estabelecimentos e seus familiares. Em 1975, tal proporção caiu para 68,2%, acompanhando o movimento geral de reestruturação da composição da força de trabalho agrícola, observada não só em São Paulo, mas em todo o território nacional, exclusive àquelas regiões de fronteira agrícola mais recente. Das demais categorias de pessoal ocupado, somente apresentou aumento em números absolutos e relativos, a de empregados temporários, que em 1970 representavam 9,2% da mão-de-obra agrícola da região, e em 1975, 18,2% do total. Ainda aqui, cabe ressaltar que 50,5% dos estabelecimentos da microrregião não possuíam pessoal contratado, o que reforça a hipótese de que os pequenos produtores realmente só lançam mão de empregados temporários para tarefas bem definidas do período de trabalho, ou seja, tentam cobrir com a força de trabalho familiar a maior parte das tarefas produtivas que exigem mão-de-obra intensiva e especializada.

3. *Implicações políticas*

A rápida caracterização dos produtores de tomate no Estado de São Paulo, feita aqui de forma preliminar, coloca para nós algumas questões de ordem mais geral sobre os novos pequenos produtores.

Gostaríamos de salientar, antes de mais nada, o caráter essencialmente mercantil dessa categoria de pequenos produtores que estamos aqui considerando, e que, ademais dos tomaticultores, estende-se a vários outros pequenos produtores rurais. São produtores familiares, porém capitalizados, isto é, que produzem com elevados níveis de tecnificação. O proces-

so de transformação das relações de produção na agricultura, que resultou na diferenciação do campesinato, ou, no caso que estamos aqui considerando, no surgimento de pequenos produtores tecnificados, é resultado sobretudo dos incentivos governamentais e das injeções de créditos bancários resultantes da política econômica que vem de meados da década de 60 com a promulgação da nova lei de créditos.

Uma questão que logo vem à tona, relaciona-se ao próprio fato de serem eles produtores assim capitalizados. Nesta condição, e tendo que produzir a um nível de avançada tecnologia, os novos pequenos produtores estão constantemente endividados, seja através de créditos para investimento, seja para custeio da produção. Portanto, ao mesmo tempo que exploram hoje um ramo da agricultura no qual a composição orgânica do capital é uma das mais elevadas do setor, isto não se reflete no padrão de vida do pequeno produtor e sua família, que, tudo indica, permanece ainda em níveis bastante baixos.

Uma hipótese a ser explorada, é quanto ao próprio padrão de vida desta categoria de pequenos produtores, o que tem a ver com o nosso interesse específico quanto à criação e realização de um excedente na produção familiar. Até que ponto o vínculo do tomaticultor com a agroindústria estaria condicionando sua reprodução familiar num contínuo baixo padrão de vida?

A utilização intensiva da força-de-trabalho familiar seria um dos aspectos que diferencia esse pequeno produtor de um empresário capitalista. Outra diferença significativa é quanto à sua própria reprodução enquanto categoria social: a condição de produtor especializado numa cultura intensiva em capital, qual é a cultura de tomate que aqui estamos considerando, com determinado contrato de fornecimento em relação à indústria processadora, como que condiciona sua dependência em relação a esse produto e a essa indústria. Ele não tem a flexibilidade de mudança para outros ramos de produção

conjunturalmente mais rentáveis da economia, qual o grande empresário.

Porém nem tampouco, por esse baixo nível de vida e pela sua contingência de ser sobretudo um *trabalhador* familiar, e só esporadicamente, na época da colheita, um *empregador*, pode-se assemelhá-lo em

seus interesses de classe, tal como faz a lei do Enquadramento e Contribuição Sindical Rural (Decreto-Lei 1.166 de 15/04/1971), aos trabalhadores assalariados. Nas palavras de Sérgio Silva (21: 145), "O capital-dinheiro que expressa a capitalização da renda constitui a condi-

TABELA 3 — Evolução da Área Cultivada com Tomate Rasteiro, segundo DIRAs Produtoras, no Estado de São Paulo — 1974-1981.

DIRAs	Área cultivada (ha)							
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Ribeirão Preto	10.900	6.400	2.960	3.450	3.200	2.605	2.450	2.500
Bauru	380	900	650	550	720	1.725	1.580	1.120
Marília	460	1.200	1.200	1.400	1.400	1.300	1.370	1.040
São José do Rio Preto	4.060	6.200	5.610	4.400	4.300	3.795	2.030	2.100
Araçatuba	5.600	4.400	2.960	2.900	4.280	4.755	3.790	3.220
Presidente Prudente	1.400	4.500	2.820	3.800	4.800	5.855	4.680	4.350
Estado de São Paulo	22.800	23.600	16.200	16.500	18.700	20.035	15.970	14.400

Fonte: IEA — 5.º Levantamentos para Previsão de Safras.

TABELA 4 — Evolução da Produção de Tomate Rasteiro, segundo Diras Produtoras, no Estado de São Paulo — 1974-1981.

Diras	Quantidade (mil toneladas)							
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Ribeirão Preto	108	60	40	50	47	45	70	36
Bauru	8	20	10	15	17	40	38	42
Marília	12	20	10	40	40	30	38	28
São José do Rio Preto	50	70	100	80	77	75	54	50
Araçatuba	72	60	30	45	67	115	115	110
Presidente Prudente	30	100	40	70	88	120	165	109
Estado de São Paulo	280	330	230	300	336	425	485	380

Fonte: IEA — 5.º Levantamentos para Previsão de Safras.

TABELA 5 — Produtividade da Cultura de Tomate Rasteiro, segundo Diras Produtoras, no Estado de São Paulo — 1974-1981.

Diras	Rendimento (t/ha)							
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Ribeirão Preto	9,9	9,4	13,5	14,5	14,7	17,3	28,6	14,4
Bauru	21,1	22,2	15,4	27,3	23,6	23,2	24,1	37,5
Marília	26,1	16,7	8,3	28,6	28,6	23,1	27,8	26,9
São José do Rio Preto	12,3	11,3	17,8	18,2	17,9	19,8	26,6	23,8
Araçatuba	12,9	13,6	10,1	15,5	15,7	24,2	30,3	34,2
Presidente Prudente	21,4	22,2	14,2	18,4	18,3	20,5	35,3	25,1
Estado de São Paulo	12,3	14,0	14,2	18,2	18,0	21,2	30,4	26,2

Fonte: IEA — 5.º Levantamentos para Previsão de Safras.

ção para a sua sobrevivência como trabalhador não assalariado, a condição para a sua não proletarização. Trata-se de uma luta que não deve ser explicada por nenhum ‘modo de pensar’ original, mas pelo fato bem concreto das condições de vida operárias. Tal como, em regra geral, a pior coisa na escravidão é ser escravo, a pior coisa no capitalismo é mesmo ser assalariado”.

A nível da luta política, os pequenos produtores que conseguiram se capitalizar, e portanto que conseguiram “driblar” a proletarização, têm poucos pontos de identidade com a luta proletária dos trabalhadores despossuídos. Querem melhores preços para o seu produto, acesso a crédito, mercado garantido. Qual a entidade que os representa nestes seus interesses? Sabemos que eles participam, juntamente com outros grandes produtores de tomate em São Paulo, do Comitê de Agroindústria coordenado pela FAESP, cuja principal atribuição é o estabelecimento de preços entre produtores e indústrias processadoras. Porém aqui é de se prever, além da superioridade “natural” do poder de barganha dos grupos industriais, o poder dos grandes produtores rurais, ao fixar preços que remunerem satisfatoriamente o produto nas condições específicas em que o produzem.

Como se vê, esses (e outros) pequenos produtores agrícolas capitalizados, estão ainda longe de serem apreendidos pela ciência da economia política, na dimensão de suas lutas políticas e de sua possível força de organização. O que é certo, é a existência de um espaço social que não é preenchido por eles, embora seja inegável o papel que desempenham no processo de acumulação da sociedade global, na atual fase de capitalismo monopolista.

A que classe social pertencem os pequenos produtores de tomate? Constituem uma fração de classe? Ou constituem uma classe social própria de pequenos produtores familiares? De toda forma, semelhante a um possível enquadramento sindical forçado, sua definição de classé coloca, mais do que responde questões. Ainda mais, considerando que a emergência desses pequenos produtores se deu principalmente via políticas de Estado que redefiniram o ramo da produção agrícola como um todo, perguntamos: Até que ponto os novos pequenos produtores são, ou podem virtualmente vir a expressar seus projetos de forma autônoma? E quais são os limites com que se defrontam na participação política, os novos pequenos produtores?

LOPES, A.Y.D.P. & SALES, T. — What is the social class of the new small producer ? Political implications of its determination. *Perspectivas*, São Paulo, 7:19-30, 1984.

ABSTRACT: This paper discusses the theoretical and metodological difficulties to analyse the new producer in Brazilian agriculture.

KEY-WORDS: Rural sociology; rural social classes; agriculture and industry; peasantry and capitalism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANT, V.C. — *População e força de trabalho no desenvolvimento da agricultura brasileira*. São Paulo, CEBRAP, 1979.
2. GRAZIANO NETO, F. — *Agricultura e indústria: o caso do tomate em Taquaritinga, S.P.* Piracicaba, USP/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1977. (Tese-Mestrado)
3. GRAZIANO DA SILVA, J. — *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, HUCITEC, 1981.
4. LENIN, V.I. — *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
5. LOPES, J.R.B. — Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo: 1940-1970. *Estudos CEBRAP, São Paulo*, 22:41-110, 1978.
6. MARTINS, J. de S. — *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
7. MARTINS, J. de S. — *Cativeiro da terra*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
8. MULLER, G. — Estudos e classes sociais na agricultura. *Estudos econômicos*, São Paulo, 12 (2), 1982.
9. NICHOLLS, W.H. & PAIVA, R.M. — Estrutura e produtividade da agricultura brasileira. *Rev. Brasil. de Economia*, Rio de Janeiro, 19(2): 5-28, jun. 1965.
10. NICHOLLS, W.H. & PAIVA, R.M. — *Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira, 1963-1973: noventa e nove fazendas revisitadas*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. v.1.
11. OLIVEIRA, F. de — A economia brasileira: crítica a razão dualista. *Estudos CEBRAP, São Paulo*, 2: 3-81, 1972.
12. PAIVA, R.M. — O mecanismo de auto controle no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura. *Rev. Brasil, de Economia*, 22 (3): 5-38, set. 1968.
13. PAIVA, R.M. — Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira. *Rev. Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 6 (4): 557-90, out./dez. 1975.
14. PALMEIRA, M. — Latifundium et capitalismo: lecture critique d' un débat. Paris, Université de Paris, Faculté de Lettres et Sciences Humaines, 1971. (mimeog.)
15. PRADO JUNIOR, C. — *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
16. PROGNÓSTICO. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 1972-1982.
17. SA JR., F. — O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. *Estudos CEBRAP, São Paulo*, 3 : 87-148, 1973.
18. SALES, T. — *Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
19. SANDRONI, P. — *Questão agrária e campesinato: a funcionalidade da pequena produção mercantil*. São Paulo, Polis, 1980.
20. SANTOS, J.V.T. dos — *Côlonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
21. SILVA, S.S. — *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. São Paulo, Polis, 1981.
22. WANDERLEY, M. de N.B. — *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas, 1979. (mimeog.)